O fim da era dos excessos

Temporário não é permanente

Felippe Serigati*

A DÉCADA passada foi um período de forte crescimento econômico para quase todos os países. Na época, houve uma combinação incomum de fatores que favoreceu a expansão econômica mundial. Todavia, há tempos, esse quadro não existe mais. Diversos países têm realizado reformas para se ajustar à nova realidade. O Brasil ainda não começou o seu ajuste, apesar de a economia já dar sinais claros de que o modelo de crescimento atual não é mais sustentável. Além disso, quanto mais tempo demorar, mais custoso será o processo de readequação às novas condições da economia mundial. Assim como a economia brasileira, o setor agro também precisa estar atento e não cometer o equívoco de assumir como permanente uma conjuntura que é temporária.

A nova conjuntura

A conjuntura favorável da década passada não existe mais. A crise de 2008 foi o grande marco a indicar que o modelo de crescimento adotado até então tinha se esgotado. Estados Unidos e União Europeia, por estarem no centro do furacão, tiveram que iniciar o processo de ajuste de forma compulsória. As famílias e o setor privado tiveram que reduzir seu consumo e buscar alternativas para diminuir seu nível de endividamento. Em casos extremos, como no setor financeiro, o setor público teve que assumir parte significativa dessas dívidas, comprometendo gravemente e por um longo período o seu equilíbrio fiscal. Atualmente, junto às altas taxas de desemprego, esse é o principal problema destes países.

Nos Estados Unidos, o processo de ajuste foi mais intenso. O governo reduziu ainda mais as taxas de juros, injetou dinheiro nos bancos, adquiriu títulos financeiros e hipotecas sem valor de mercado e aumentou os gastos públicos via investimentos e serviços sociais. Além disso, também promoveu reformas estruturais no setor energético, na política comercial e externa. Como resultado, por um lado, o déficit público norte-americano alcançou cifras inimagináveis; por outro, a economia já tem dado sinais claros de melhoras, apesar da resistência do desemprego.

A era dos excessos

Entre 2003 e 2007, o mundo cresceu 4,8% a.a., em média. Nos cinco anos seguintes, entre 2008 e 2013, este crescimento médio desacelerou para 2,9% a.a. A expansão da década passada foi possível devido à combinação entre:

- longo período de baixas taxas de juros, principalmente dos Fed Funds (taxa básica da economia norte-americana);
- crédito farto e barato nos mercados internacionais, resultado da desregulamentação das atividades bancárias e financeiras em um ambiente de baixas taxas de juros;
- expansão do consumo no mercado doméstico dos principais países desenvolvidos;
- emergência da China, uma economia gigantesca que buscou atender parte do consumo dos países desenvolvidos e, consequentemente, gerou forte demanda por insumos agrícolas, minerais e industriais; e
- amplos saldos comerciais em diversas economias emergentes; entre elas, a brasileira.

Praticamente todos os países aproveitaram essa conjuntura favorável e puderam cometer diversos excessos:

- os Estados Unidos renovaram o fôlego do seu mercado consumidor via endividamento das famílias, do setor privado e, também, do próprio governo;
- a União Europeia aproveitou os ventos favoráveis para prosseguir com a implantação do euro; dentro desse processo, diversos países da periferia puderam ampliar seu padrão de consumo, enquanto os países do norte acumulavam saldos comerciais exportando para seus parceiros do sul;
- a China investiu e ampliou seu parque industrial para atender parte do consumo aquecido nos países centrais;
- o Brasil aproveitou esse crescimento para acumular reservas, dinamizar sua economia (principalmente no interior do País), distribuir renda e ampliar seu mercado doméstico, criando a chamada nova classe média.

Como se ajustar à nova realidade

Assim como Estados Unidos, União Europeia e China, o Brasil também precisa adequar-se à nova conjuntura. A lógica deste ajuste deverá seguir o padrão observado nos demais países: reduzir o crescimento do consumo e acelerar os investimentos. Para tanto, diversas reformas são necessárias. Enquanto algumas podem ser classificadas como improváveis, como a reforma tributária ou acordos comerciais com outros países ou blocos; outras são mais fáceis de ser adotadas:

• emitir sinais claros de que haverá um esforço mais contundente para controlar a inflação, mesmo que isso implique, no curto prazo, um crescimento ainda menor e até maior desemprego;

• conter a expansão dos gastos públicos, de forma que não cresçam a uma velocidade acima da arrecadação;

• permitir que o setor privado tenha uma participação maior nos investimentos para as áreas de infraestrutura; em outras palavras, não ter medo de promover privatizações ou concessões;

• todavia, para que estas gerem resultados positivos, é necessário fortalecer as agências regulatórias, dando-lhes maior autonomia, para que possam monitorar o cumprimento das regras por parte dos agentes privados;

• por fim, como a Petrobras atua em um setor com grande efeito multiplicador sobre a economia brasileira, é necessário flexibilizar as regras para que ela possa realizar seus investimentos, mesmo que isso implique reajustar os preços dos seus produtos ou buscar fornecedores estrangeiros.

Do outro lado do Atlântico, a União Europeia tem encontrado maiores dificuldades para fazer seus ajustes. Além de ter uma economia com regras mais rígidas, notadamente no mercado de trabalho, a governança na União Europeia é bem mais complicada; parte dos processos decisórios ocorre dentro de uma entidade supranacional, implicando uma série de negociações antes que qualquer decisão mais contundente seja tomada. Com isso, as reformas necessárias levam mais tempo para ser adotadas e só são realmente efetivadas quando a gravidade dos problemas torna-se praticamente insuportável.

Atualmente, a China é a grande locomotiva do crescimento econômico mundial. Porém, mesmo este gigante está em meio a um processo de ajuste. Enquanto, na década passada, a China cresceu fortemente apoiada na expansão dos seus investimentos para atender o mercado internacional, nos últimos dois anos, como o setor externo não tem apresentado o mesmo dinamismo, é o consumo das famílias que terá que assumir a função de liderar o crescimento chinês. Todavia, fazer essa transição de uma economia puxada por investimentos para uma liderada pelo consumo não é um processo fácil, nem breve. Apesar das dificuldades, a boa notícia é que a China já deu início a este processo.

E o Brasil?

Infelizmente, o mesmo não pode ser dito sobre o Brasil. Até 2008, o setor externo e o consumo do mercado interno foram os dois principais fatores a puxar a economia nacional. Após a crise, o setor externo perdeu força, e, para compensá-lo, o Governo adotou uma série de políticas para manter aquecido o consumo das famílias. Medidas como ampliação do gasto público, manutenção das políticas de transferência de renda, aumentos do salário mínimo acima da inflação e expansão da oferta de crédito, por um lado, garantiram um fôlego novo ao mercado consumidor brasileiro; por outro lado, aqueceram a inflação, pressionaram o equilíbrio das contas públicas e elevaram substancialmente os custos de produção nacionais.

Esses são sinais nítidos de que o modelo de crescimento adotado está saturado; não há mais um cenário externo favorável de forma a viabilizar a manutenção dessas políticas. O saldo da balança comercial brasileira tem se deteriorado bastante. As exportações estão crescendo a uma velocidade bastante inferior à das importações. O valor dos principais produtos da nossa pauta exportadora tem diminuído – com especial destaque para as *commodities* minerais. Além disso, a Argentina, que é um dos principais destinos dos produtos industriais brasileiros, está passando por sérios problemas econômicos.

Internamente, não há folgas no orçamento público para ampliar os programas de transferência de renda, para aumentar o quadro do funcionalismo público ou para reajustar seus rendimentos acima da inflação. Com a economia com baixo crescimento, é pouco provável que a arrecadação crescerá no mesmo ritmo observado nos últimos anos.

Os produtores agrícolas não ficarão de fora

Os produtores agrícolas brasileiros não precisam ficar preocupados no curto prazo. O ambiente com grande liquidez e baixas taxas de juros, que favorece a permanência dos preços agrícolas em patamares mais elevados, vai permanecer por mais algum tempo. É natural que haja uma tendência levemente declinante nestes preços, afinal a referência são os picos históricos de 2011.

Todavia, é prudente não assumir como permanente a conjuntura extremamente excepcional dos últimos quatro anos. Por exemplo, se o Fed (o Banco Central dos Estados Unidos) iniciar um movimento de elevação da sua taxa de juros (talvez em 2015?), haverá migração de parte dessa liquidez para ativos financeiros mais tradicionais, derrubando o preço das *commodities*. Embora isso seja tema para outro artigo, desde já é importante não assumir como permanentes situações favoráveis temporárias. ■

*Doutorando em Economia pela FGV/EESP e pesquisador do GV Agro (felippeserigati@gmail.com)